

no taboão

# Programa federal pode viabilizar aeroporto

Em resposta ao deputado Junji Abe (PSD), ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil diz que empreendimento depende de apoio do Estado

Maurício Sumiya



Junji prometeu trabalhar junto ao governo estadual para garantir o empreendimento na cidade

A implantação do terceiro aeroporto do estado de São Paulo, em Mogi das Cruzes, pode ser inserida no Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (Profaa) para o próximo ano, desde que devidamente justificada e apoiada pelo governo estadual. A informação foi transmitida ao deputado federal Junji Abe (PSD) pelo ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil (SAC), Wagner Bittencourt, em resposta a um requerimento do parlamentar.

Com o objetivo de conseguir ajuda do Estado para o empreendimento, Junji fará gestões junto ao Executivo paulista. Isso porque a aplicação de recursos financeiros do Profaa precisa ocorrer por meio de convênios celebrados entre os governos estaduais e a SAC, da Presidência da República. "Acredito que nós, parlamentares da Região do Alto Tietê, possamos somar esforços para sensibilizar os órgãos do Estado e o próprio governador Geraldo Alckmin (PSDB) a concordarem com a implantação do aeroporto em Mogi, uma iniciativa de extrema importância econômica e social", avaliou Junji.

Mogi possui duas áreas com capacidade para receber o empreendimento. Uma com 16 e outra com 10 milhões de metros quadrados, ambas localizadas no distrito do Taboão.

O documento encaminhado pelo ministro Wagner Bittencourt ao deputado esclarece que a Secretaria destina recursos públicos para ampliação da infraestrutura aeroportuária brasileira com base em estudos. A definição da melhor carteira de investimentos considera "premissas como o desenvolvimento econômico da macrorregião, o potencial turístico ou a falta de acessibilidade a certas localidades". A SAC não dispõe de estudos preliminares para instalação do aeroporto em Mogi, mas sugere que seja verificada a existência de análise disso junto ao Departamento Aeroportuário do Estado de São Paulo (Daesp) e assinala a possibilidade de viabilizar o empreendimento por meio do Profaa no próximo ano.